



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0\_\_32) 3537 - 1242



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO nº 015/2022

### PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 072/2022 - REGISTRO DE PREÇOS nº 021/2022

**TIPO:** MENOR PREÇO POR LOTE.

**MODO DE DISPUTA:** Aberto

**DATA DA SESSÃO:** 14/12/2022

**HORÁRIO:** 07h15min.

**LOCAL:** Portal de Compras Públicas: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

**SOLICITANTE:** SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA.

A Prefeitura Municipal de Paula Cândido - MG, através de sua secretaria solicitante acima identificada e por intermédio da Comissão de Licitação, mediante o Pregoeiro designado pela Portaria nº 002 de 03 de janeiro de 2022, em exercício, Sr. **João Carlos de Oliveira e Silva**, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar na forma eletrônica, na data e horário indicado acima a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, Conforme descrito no preâmbulo deste Edital e seus Anexos.

O Procedimento Licitatório será conduzido por Pregoeiro designado / certificado pela Portaria nº 02/2022 e obedecerão às disposições e preceitos de direito público e, em especial, as disposições das legislações Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro 2019, Decreto Federal nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, do Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, e subsidiariamente, ao disposto nas Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, Decreto Municipal nº 1662, de 21 de maio de 2020 que regulamenta e disciplina o uso do pregão na forma eletrônica, no âmbito da administração pública municipal, Decreto Municipal nº 1183 de 04 de Agosto de 2014 que regulamenta o uso do SRP e de dos demais dispositivos legais vigentes e, ainda, ficará subordinado às condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br). O servidor terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pela sua equipe responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído a autoridade responsável pela adjudicação e propor a homologação.

#### 1. DO OBJETO.

1.1.O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL LOCAÇÃO DE ESTRUTURA**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0\_32) 3537 - 1242



**DE ILUMINAÇÃO, SONORIZAÇÃO, GRADIS, TENDAS, GERADORES E DEMAIS MATERIAIS E SERVIÇOS CORRELATOS**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1.2.** A licitação será dividida em **LOTES**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

**1.3.** O critério de julgamento adotado será o **menor preço do LOTE**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS.

**2.1.** As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## 3. DO CREDENCIAMENTO.

**3.1.** O Credenciamento é o nível básico do Registro Cadastral no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.

**3.2.** O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br);

**3.3.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

**3.4.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.5.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**3.5.1.** A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

## 4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0\_32) 3537 - 1242



**4.1.** Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS**.

**4.2.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

**4.3.** Não poderão participar desta licitação os interessados:

**4.3.1.** Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

**4.3.2.** Que estejam inscritas com impedimento ativo no CEIS, CNEP, CAFIMP, SICAF e/ou qualquer outra plataforma pública oficial de fornecedores suspensos e/ou inidôneos.

**4.3.3.** O disposto nos itens **4.3.1**, **4.3.2**, se aplica a impedimento ou suspensão aplicado em qualquer nível da esfera pública, seja, federal, estadual ou municipal;

**4.3.4.** Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**4.3.5.** Que não se dediquem ao objeto ora licitado, ou que a atividade social seja incompatível;

**4.3.6.** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

**4.3.7.** Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

**4.3.8.** Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

**4.3.9.** Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

**4.3.10.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

**4.4. Como condição para participação no pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:**

**4.4.1.** Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0\_\_32) 3537 - 1242



**4.4.1.1.** Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

**4.4.1.2.** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

**4.4.1.3.** Quando aplicável, na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada / itens exclusivos, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal, conforme concerne Art. 8º, § 2º do DF 8.538/2015.

**4.4.1.4.** Quando aplicável, ocorrendo o fato de a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas ocorrerá pelo menor preço (maior desconto), conforme concerne Art. 8º, § 3º do DF 8.538/2015.

**4.4.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;**

**4.4.3.** Que conhece todas as regras do edital e que cumpre os requisitos para a habilitação definidos e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

**4.4.4.** Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

**4.4.5.** Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**4.4.6.** Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

**4.4.7.** Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**4.5.** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.**

**5.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0\_32) 3537 - 1242



com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

**5.1.1.** Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

**5.2.** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

**5.3.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

**5.4.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**5.5.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

**5.6.** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

**5.7.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.**

**6.1.** O LICITANTE DEVERÁ ENVIAR SUA PROPOSTA MEDIANTE O PREENCHIMENTO, NO SISTEMA ELETRÔNICO, DOS SEGUINTE CAMPOS:

**6.1.1.** Valor unitário e total para cada item ou lote de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional;

**6.1.2.** Marca de cada item ofertado;

**6.1.3.** Fabricante de cada item ofertado;

**6.1.4.** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

**6.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.



**6.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

**6.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**6.5.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (SESSENTA) DIAS**, a contar da data de sua apresentação.

**6.6.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.**

**7.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**7.2.** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

**7.2.1.** Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**7.2.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**7.2.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**7.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**7.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**7.5.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**7.5.1.** O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste edital.

**7.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0\_32) 3537 - 1242



**7.7.** O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ou percentual** de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**7.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 10,00 (dez reais)**.

**7.9.** O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

**7.10.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

**7.11.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**7.12.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**7.13.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

**7.14.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

**7.15.** Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro.

**7.16.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

**7.17.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**7.18.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**7.19.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes do certame, publicada no Portal de Compras Públicas, <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, quando serão



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0\_32) 3537 - 1242



divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**7.20.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**7.21.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**7.22.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**7.23.** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**7.24.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**7.25.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**7.26.** Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

**7.27.** A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**7.28.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no Art. 3º, § 2º, da LEI Nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

**7.28.1.** Produzidos no país;



**7.28.2.** Produzidos por empresas brasileiras;

**7.28.3.** Produzidos por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**7.28.4.** Produzidos por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

**7.29.** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

**7.30.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

**7.30.1.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**7.30.2.** O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**7.31.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

**8.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

**8.2.** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

**8.2.1.** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.



**8.3.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

**8.3.1.** O pregoeiro no uso de suas faculdades previstas, poderá a qualquer tempo e com fundamento na [Súmula nº 262 do TCU](#), intimar o licitante vencedor a comprovar a exequibilidade da sua proposta, quando esta destoar muito dos critérios de avaliação mercadológico, a disposição do pregoeiro.

**8.3.2.** Intimado, o licitante deverá remeter ao pregoeiro e nas condições por ele aprazadas, as comprovações da exequibilidade de sua proposta, sob pena de perda do título de vencedor do certame ou dos itens/lotos por ele vencidos.

**8.3.3.** Havendo indícios de que os licitantes ofertaram valores irrisórios com propósito de retardar ou frustrar a competição, bem como o andamento do processo licitatório, estes estarão sujeitos as penalidades;

**8.3.3.1.** A instauração de processo punitivo disciplinar administrativo;

**8.3.3.2.** Comunicação dos fatos ao Ministério Público, para eventual deflagração de Inquérito Civil.

**8.3.4.** Não acudida a condição prevista no item **8.3.2.** o pregoeiro no uso de suas atribuições, convocará a segunda proposta mais bem classificada.

**8.4.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **VINTE E QUATRO HORAS DE ANTECEDÊNCIA**, e a ocorrência será registrada em ata;

**8.5.** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

**8.5.1.** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

**8.5.2.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta-

**8.5.3.** Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0\_32) 3537 - 1242



primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de **03 (três) dias** úteis contados da solicitação.

**8.5.3.1.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

**8.5.3.2.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**8.5.3.3.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

**8.5.3.4.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

**8.5.3.5.** Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

**8.5.3.6.** Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo **de 10 (dez) dias**, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

**8.5.3.7.** Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

**8.6.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**8.7.** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

**8.8.** O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

**8.8.1.** Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0\_32) 3537 - 1242



**8.8.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**8.9.** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

**8.10.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## 9. DA HABILITAÇÃO.

**9.1.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos no portal de compras públicas, e ainda nos seguintes cadastros:

**9.1.1.** Possuir Cadastro do Portal de Compras Públicas;

**9.1.2.** SICAF;

**9.1.2.1.** O SICAF poderá ser utilizado como base de dados para verificação das condições de habilitação, impedimentos e inscrição de penalidade.

**9.1.2.2.** O Fornecedor que possuir todos os documentos de habilitação em vigor no SICAF, poderá ser habilitado com base nestes.

**9.1.3.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

**9.1.4.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

**9.1.5.** Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

**9.1.5.1.** Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “9.1.3”, “9.1.4” e “9.1.5” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

**9.1.6.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0\_\_32) 3537 - 1242



improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**9.1.6.1.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**9.1.6.2.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**9.1.6.3.** O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

**9.1.7.** Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**9.1.8.** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**9.2.** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

**9.2.1.** É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

**9.2.2.** O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

**9.3.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

**9.4.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**9.5.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0\_32) 3537 - 1242



**9.6.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**9.6.1.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**9.7.** Ressalvado o disposto no **item 5.1.1**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

## **9.8. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**9.8.1.** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**9.8.2.** Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

**9.8.3.** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

**9.8.4.** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

**9.8.5.** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

**9.8.6.** No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

**9.8.7.** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

**9.8.8.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

## **9.9. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0\_\_32) 3537 - 1242



**9.9.1.** CNPJ - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**9.9.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**9.9.3.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**9.9.4.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**9.9.5.** Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

**9.9.6.** Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

**9.9.7.** Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

## **9.10. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.**

**9.10.1.** Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 60 (sessenta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

## **9.11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E DOCUMENTOS CORRELATOS.**

**9.11.1.** *Para os itens que envolva estrutura metálica e elétrica, é necessário possuir cadastro no órgão regulador da profissão e atividade, bem como possuir profissional técnico responsável habilitado para emissão de laudos e ART/RRT ou equivalente.*

**9.11.2.** *Para cumprimento do item anterior, é necessário a apresentação das certidões de quitação/regularidade junto a entidade competente, da empresa e dos profissionais responsáveis técnicos.*



**9.12.** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

**9.12.1.** A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

**9.13.** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

**9.14.** A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

**9.15.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**9.16.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

**9.17.** Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**9.18.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.**

**10.1.** O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. (**Modelo de Proposta – Anexo II**), e deverá ser;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0\_32) 3537 - 1242



**10.1.1.** Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

**10.1.2.** Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

**10.2.** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

**10.2.1.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

**10.3.** Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

**10.3.1.** Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

**10.4.** A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

**10.5.** A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

**10.6.** As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## 11. DOS RECURSOS.

**11.1.** Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo de 20 (vinte minutos), para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

**11.2.** Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

**11.2.1.** Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

**11.2.2.** A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.



**11.2.3.** Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o **prazo de três dias** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em **outros três dias**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**11.2.4.** O pregoeiro fará análise e julgamento dos méritos recursais no prazo de até cinco dias úteis, contados do findo prazo das contrarrazões, disponibilizando a peça fundamentada no sistema.

**11.3.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**11.4.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.**

**12.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:

**12.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

**12.1.2.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**12.2.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**12.2.1.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

**12.2.2.** A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.**

**13.1.** O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.



**13.2.** Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.**

**14.1.** Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

## **15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

**15.1.** Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo **de até 03 (três)** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**15.2.** Tendo em vista os princípios da economicidade, celeridade e eficiência, a Ata de Registro de preços será assinada preferencialmente na forma digital, mediante o uso de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

**15.3.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo **de até 03 (três)**, a contar da data de seu recebimento.

**15.4.** O prazo estabelecido no subitem **15.1. e 15.3** para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

**15.5.** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

## **16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE.**

**16.1.** Após a homologação da licitação, **em sendo realizada a contratação**, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

**16.2.** O adjudicatário terá o prazo de **03 (três) dias** úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0\_32) 3537 - 1242



- 16.2.1.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de **03 (três) dias**, a contar da data de seu recebimento.
- 16.2.2.** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 16.2.3.** Tendo em vista os princípios da economicidade, celeridade e eficiência, o Termo de Contrato será assinado preferencialmente na forma digital, mediante o uso de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
- 16.3.** Não sendo realizada a contratação via termo contrato, compromisso será efetivado através da emissão da Nota de Empenho / Autorização de Fornecimento que, nas aquisições advindas do Sistema de Registro de Preços da terá força de contrato, conforme preceitua o Art. do Decreto Federal nº 7.892/2013.
- 16.4.** O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
- 16.4.1.** Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;
- 16.4.2.** A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;
- 16.4.3.** A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.
- 16.5.** O prazo de vigência da contratação se encerra no final do exercício financeiro da assinatura do mesmo e poderá ser prorrogado conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.
- 16.6.** Previamente à contratação a Administração realizará consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.
- 16.7.** Por ocasião da assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0\_32) 3537 - 1242



**16.7.1.** Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

**16.8.** Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

**16.9.** Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

## **17. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL.**

**17.1.** As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência/Minuta de Contrato em anexo a este Edital.

## **18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.**

**18.1.** Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

## **19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.**

**19.1.** As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

## **20. DO PAGAMENTO.**

**20.1.** As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## **21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

**21.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 21.1.1.** Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 21.1.2.** Não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
- 21.1.3.** Apresentar documentação falsa;
- 21.1.4.** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;



- 21.1.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - 21.1.6. Não manter a proposta;
  - 21.1.7. Cometer fraude fiscal;
  - 21.1.8. Comportar-se de modo inidôneo;
- 21.2. O Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 21.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 21.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
  - 21.3.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
  - 21.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
  - 21.3.4. Impedimento de licitar e de contratar com a Prefeitura de Paula Cândido e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- 21.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 21.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 21.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0\_32) 3537 - 1242



- 21.7.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 21.8.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 21.9.** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Prefeitura de Paula Cândido poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 21.10.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 21.11.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.
- 21.12.** Serão publicadas na Imprensa Oficial do Município, as sanções administrativas previstas neste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.
- 21.13. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO** - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
- 21.13.1. PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:**
- 21.13.1.1. PRÁTICA CORRUPTA:** Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;
- 21.13.1.2. PRÁTICA FRAUDULENTA:** A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- 21.13.1.3. PRÁTICA CONLUIADA:** Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0\_32) 3537 - 1242



**21.13.1.4. PRÁTICA COERCITIVA:** Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

**21.13.1.5. PRÁTICA OBSTRUTIVA:** Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

**21.14.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**21.15.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e no CEIS/CNEP.

**21.16.** As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

## 22. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.

**22.1.** Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

**22.2.** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

**22.3.** Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

**22.4.** Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

## 23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

**23.1. Até 03 (três) dias úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

**23.2. A IMPUGNAÇÃO DEVERÁ ser realizada EXCLUSIVAMENTE na FORMA ELETRÔNICA e via sistema em campo específico, no [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0\_32) 3537 - 1242



**23.3.** Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até **02 (dois) dias úteis** contados da data de recebimento da impugnação.

**23.4.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**23.5.** Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até **03 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

**23.6.** O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de **02 (dois) dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

**23.7.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amoldarem ao art. 21 parágrafo 4º, da Lei 8.666/93.

**23.7.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

**23.8.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

**23.9.** As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

**23.10.** Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam inscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

**23.11.** A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

**23.12.** As petições de esclarecimentos e impugnação remetidas por outros meios que não os previstos neste caput, não serão alvo de análise, cabendo a licitante a observância dos requisitos aqui previstos.

## **24. DA RETIFICAÇÃO, REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO DO CERTAME**



- 24.1.** A autoridade competente para homologar o procedimento licitatório de que trata este Decreto poderá revogá-lo somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.
- 24.2.** A revogação poderá ocorrer por despacho fundamentado pelo Pregoeiro, em momento anterior até dois dias que anteceda a data designada para hasta pública, nas hipóteses;
- 24.2.1.** Para reprogramação do calendário de licitações;
- 24.2.2.** Quando houver vício insanável;
- 24.2.3.** Quando houver acolhimento de impugnação, e a complexidade demandar mais tempo do que o previsto para análise e parecer;
- 24.2.3.1.** Nesta hipótese, também é cabível a suspensão do certame.
- 24.2.4.** Por motivo de fortuito ou fato superveniente devidamente justificado.
- 24.3.** Ocorrendo a Revogação / Anulação em momento anterior a homologação/assinatura de contrato/Ata de RP, não caberá aos licitantes direito à indenização de nenhuma espécie.
- 24.4.** Ocorrendo a Revogação / Anulação em momento superior a homologação/assinatura de contrato/Ata de RP, será devido ao licitante a remuneração pelo bem ou serviço efetivamente entregue/executado, em sua totalidade ou fração.
- 24.5.** A retificação do instrumento convocatório poderá ocorrer nas hipóteses;
- 24.5.1.** Acolhimento tempestivo de impugnação;
- 24.5.2.** Exercício do princípio da autotutela;
- 24.5.3.** Por motivo de fortuito ou fato superveniente devidamente justificado;
- 24.5.4.** Para reprogramação do calendário de licitações;
- 24.6.** Havendo a retificação, a administração promoverá a publicidade do ato, e disponibilizará de imediato, o ato convocatório consolidado, ou mediante documento de alteração, que fará parte integrante do edital e dos autos.
- 24.7.** As modificações no edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.



## 25. DA PUBLICIDADE DO AVISO DE LICITAÇÃO E EXTRATOS

- 25.1.** Os editais elaborados por esta instituição, e os atos dele decorrentes, serão divulgados;
- 25.1.1.** No diário oficial da [União – DOU](#), quando os recursos forem oriundos de convênios com a União.
- 25.1.2.** No diário oficial do estado – [DOE – IOF/MG](#), quando os recursos forem oriundos de convênios com o Governo do Estado de Minas Gerais.
- 25.1.3.** No [Diário oficial eletrônico dos Municípios Mineiros](#), quando os recursos forem oriundos ou predominantemente do tesouro municipal.

## 26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 26.1.** As Empresas interessadas deverão examinar cuidadosamente o presente Edital e seus anexos, bem como ter pleno conhecimento da legislação pertinente, pois alegações de desconhecimento das suas disposições não serão aceitas para justificar eventuais divergências ou erros existentes em seus documentos de habilitação ou na proposta.
- 26.2.** O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualidade e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública deste Pregão e desde que não fique comprometido o interesse do órgão promotor do certame, bem como a finalidade e a segurança da futura contratação.
- 26.3.** Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 26.4.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 26.5.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 26.6.** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 26.7.** A homologação do resultado desta licitação será analisada com base no princípio da conveniência e oportunidade, e na hipótese da mesma ser efetivada, não implicará direito à contratação.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0\_32) 3537 - 1242



- 26.8.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 26.9.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 26.10.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 26.11.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 26.12.** O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 26.12.1.** A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 26.13.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 26.14.** O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos <http://paulacandido.mg.gov.br>, no <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/> e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço da sede da PMPC, Setor de Licitações, na Rua Monsenhor Lisboa, nº 251, Centro, nos horários de 08h00min às 11h00min e 12h00min às 16h30min, nos dias úteis, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 26.15.** A participação do licitante na hasta pública, implica a aceitação, plena e irrevogável, das normas constantes do presente Edital e dos seus Anexos.
- 26.16.** Não será permitido nenhum tipo de questionamento referente ao objeto, durante a sessão de pregão, oportunidade em que deverão ser respeitadas as etapas de solicitação de esclarecimentos e interposição de impugnação contra o ato convocatório, conforme disciplina os Arts nº 23 e 24 do Decreto Federal nº 10.024/2019.
- 26.17.** Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o Foro de Viçosa / MG.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0\_32) 3537 - 1242



- 26.18.** As situações não previstas neste Edital, inclusive as decorrentes de caso fortuito ou de força maior, serão resolvidas pelo (a) Pregoeiro (a) ou pela autoridade competente, desde que pertinentes com o objeto do pregão e observadas à legislação.
- 26.19.** Os casos omissos serão saneados pelas disposições contidas na Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, Decreto Federal nº 10.024/2019, Termo de Referência, Decretos de regulamentação dos dispositivos, entendimentos e pacificações dos órgãos de fiscalização controle, TCE e MP.
- 26.20.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 26.20.1.** **ANEXO I** – Termo de Referência.
- 26.20.2.** **ANEXO II** – Modelo de Proposta de Preços.
- 26.20.3.** **ANEXO III** – Minuta de Ata de Registro de Preços.
- 26.20.4.** **ANEXO IX** – Minuta do Termo de Contrato;

Paula Cândido, 01 de dezembro de 2022.

**João Carlos de Oliveira e Silva**  
**Pregoeiro Oficial**  
*Designado pela Portaria nº 02/2022*



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0\_\_32) 3537 - 1242



PROCESSO nº 072/2022 PREGÃO ELETRÔNICO nº 015/2022 SRP nº 021/2022

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. OBJETO:

- 1.1. **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL LOCAÇÃO DE ESTRUTURA DE ILUMINAÇÃO, SONORIZAÇÃO, GRADIS, TENDAS, GERADORES E DEMAIS MATERIAIS E SERVIÇOS CORRELATOS**, de acordo com as especificações, quantidades e condições gerais de fornecimento definidas.

#### 2. DAS JUSTIFICATIVAS:

##### 2.1. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

- 2.2. A realização deste Registro, justifica-se pela necessidade dos equipamentos e serviços para cumprimento do calendário cultural de eventos, e demais eventos esporádicos que possam advir.
- 2.3. A contratação ainda é justificada visando propiciar o acesso à cultura, lazer e desporto, que é dever do estado previsto nos Artigos 6º, 215º, 217º e 227º da Constituição Federal.
- 2.4. Ressaltamos ainda, que promover novamente tais eventos e festivais vai ao encontro de promover a cultura, a música e a arte, eventos que tiveram suas atividades interrompidas em decorrência da Pandemia.

##### 3. JUSTIFICATIVA DA UTILIZAÇÃO DO SRP

- 3.1. A opção de utilizar Sistema de Registro de Preços justifica-se pela impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado pelo Município, bem como pela necessidade de contratações frequentes e conveniência de entregas parceladas, solicitadas de acordo com a demanda diária.
- 3.2. A adoção da metodologia acima busca amparo legal no Art. 3º, Inciso IV do Decreto Federal nº 7.892/2013.

##### 4. DO ENQUADRAMENTO NA NATUREZA DE BENS COMUNS.

- 4.1. Considerando as características dos bens/serviços a serem adquiridos, o objeto desta aquisição pode ser caracterizado como bem comum, possuindo, desse modo, padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente e amplamente encontrados no mercado correlato, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

##### 5. DA FORMA DE AQUISIÇÃO E CONDIÇÃO DE RECEBIMENTO.

- 5.1. Os proponentes deverão apresentar proposta fornecendo informações como valores e marcas dos produtos. Na prosta deverão estar incluídos a carga tributária, o frete e todas as despesas incidentes, que correrão à conta da licitante/proponente, sem qualquer ônus adicional a administração.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0\_\_32) 3537 - 1242



- 5.2. O Município não se obriga a adquirir os objetos constantes do Registro de Preços, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou de mais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do art. 15, §4º da Lei 8.666/93.
- 5.3. A aquisição será feita de forma parcelada, observando a especificação e a quantidade do mesmo, solicitado pela CONTRATANTE mediante a apresentação da requisição (Autorização de Fornecimento ou Nota de Empenho), emitida pelo Setor de Compras;
  - 5.3.1. A CONTRATADA para fornecimento dos materiais químicos, será responsável a qualquer tempo, pela qualidade do mesmo.
  - 5.3.2. A CONTRATANTE poderá solicitar a qualquer momento, teste dos materiais fornecidos junto aos seus fabricantes, para confirmação de legitimidade e qualidade dos mesmos. Se constatada inadequação do(s) produto(s), será efetuada notificação à CONTRATADA para que proceda a troca imediata do(s) mesmo(s), estando esta, sujeita às penalidades previstas no Edital de Licitação, sem prejuízo da responsabilidade criminal prevista no art. 96 da lei 8.666/93, além de arcar com cobertura aos danos que tal(is) produtos/serviços possa(m) trazer aos veículos da CONTRATADA.
  - 5.3.3. No caso de constatada a falsidade do(s) produto(s), a autoridade competente será informada para que sejam tomadas as providências cabíveis, administrativas e penais.
  - 5.3.4. O faturamento ocorrerá levando em consideração todos os produtos efetivamente executados e entregues, devidamente comprovados, aprovadas pela contratante.
  - 5.3.5. Após o faturamento, a empresa detentora ficará obrigada a entregar a notas fiscais no setor de compras do município, endereço constante no preâmbulo deste, acompanhadas das respectivas requisições.
  - 5.3.6. Em caso de descumprimento do item anterior, as faturas NÃO SERÃO RECEBIDAS pelo setor, cabendo a detentora regularizar a situação no prazo de 5 (dias).
  - 5.3.7. Após a aprovação final das notas fiscais, será emitido a Autorização de fornecimento final em favor ao fornecedor, oportunidade que a administração reconhecerá a efetivação da despesa e a encaminhará para devido processamento.
  - 5.3.8. O pagamento será efetivado em até 30 (trinta) dias úteis, após o recebimento das faturas equivalentes aos produtos efetivamente entregues e aprovados pela administração.
  - 5.3.9. No preço já estão incluídos todos os custos e despesas, dentre eles, impostos, taxas, direitos trabalhistas, encargos sociais, seguros e transporte, necessárias a perfeita conclusão do objeto licitado que por ventura venham a incidir direta ou indiretamente sobre o fornecimento / prestação dos serviços.
  - 5.3.10. A situação física e a instalação dos equipamentos, e dos serviços a serem prestados, bem como os demais itens, deverão observar todas as normas de segurança aplicáveis à matéria.
  - 5.3.11. A licitante vencedora será, sempre, a única responsável pela manutenção dos equipamentos e sua equipe, garantindo sempre a solução de continuidade e segurança do evento e seus colaboradores.
  - 5.3.12. Os quantitativos totais expressos neste Anexo, são estimados e representa a previsão da Secretaria requisitante, pelo prazo de 12 (doze) meses.

## 6. DOS SERVIDORES RESPONSÁVEIS PELA FISCALIZAÇÃO.

- 6.1. São servidores responsáveis pela fiscalização da execução do objeto, desde a emissão da Autorização de Fornecimento, até a entrega e ateste do recebimento ou eventual contestação e saneamento de qualquer situação ou produto fora das normas, ou quem a estes eventualmente designarem;
  - 6.1.1. Considera-se servidores fiscais pela execução, aqueles que possuem autonomia



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0\_\_32) 3537 - 1242



para emissão a autorização de fornecimento e liquidação da eventual despesa, sendo ele (a), o (a) Secretária Municipal de Cultura ou quem a secretaria designar.

## 7. OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA

- 7.1. Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações expressamente previstas neste instrumento e outros inerentes a aquisição pretendida.
- 7.2. Zelar e garantir a boa qualidade do fornecimento, em consonância com os parâmetros de qualidade fixados e exigidos pelas normas técnicas pertinentes, expedidas pelo Poder Público;
- 7.3. Responsabilizar-se pelo transporte dos objetos de seu estabelecimento até o local determinado pelo Município, bem como pelo seu descarregamento e acondicionamento, quando for o caso;
- 7.4. Comunicar a ocorrência de qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite o seu cumprimento, tão logo esta seja verificada, e prestar os esclarecimentos que julgar necessários ao Município;
- 7.5. Arcar, de forma exclusiva, com todos os ônus necessários a completa entrega que efetuar, incluindo o pagamento de taxas e emolumentos, seguros, impostos, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes à entrega, inclusive licença em repartições públicas, registros e demais atos pertinentes.
- 7.6. Permitir o acesso a documentos necessários e pertinentes pelo Município e Órgão concedentes de Convênios.
- 7.7. Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou o Município, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos seus (da DETENTORA) ou de quem em seu nome agir, decorrentes do ato de entrega e de armazenamento dos materiais/equipamentos.
- 7.8. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto de entrega, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da entrega, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido.
- 7.9. Em tudo agir, segundo as diretrizes do MUNICÍPIO.
- 7.10. Manter durante a execução da Ata, todas as condições de habilitação exigidas para contratação, previstas na legislação em vigor.
- 7.11. Dar/Apresentar garantia, pelo prazo legal, de todos os materiais/equipamentos fornecidos, podendo as garantidas ser por prazo superior ao mínimo legal exigido.
- 7.12. Assinar a Ata, contrato ou documento similar originário da Ata de Registro de Preços.
- 7.13. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 7.14. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

## 8. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO.

- 8.1. Receber e conferir os materiais/equipamentos quando da entrega pela Detentora;
- 8.2. Comunicar e exigir a correção imediata de qualquer anormalidade nos materiais/equipamentos por ela detentora fornecidos.
- 8.3. Efetuar o pagamento de acordo com o estabelecido neste Instrumento.
- 8.4. Notificar a Detentora/Contratada, fixando prazo para correção das irregularidades ou defeitos encontrados.
- 8.5. Observar o disposto no Edital do Pregão para Registro de Preços realizado para



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0\_32) 3537 - 1242



aquisição do objeto de que trata este Instrumento.

## 9. DO PAGAMENTO, REAJUSTAMENTO E REEQUILIBRIO ECONOMICO

- 9.1. Os pagamentos referentes às solicitações dos materiais recebidos serão efetuados num prazo estimado de 30 (trinta) dias corridos após a apresentação das respectivas notas fiscais ao setor financeiro da prefeitura de Paula Cândido MG, devidamente atestada pelo responsável.
- 9.2. Os valores poderão sofrer ajustes/revisões, na forma da lei.

## 10. DAS PENALIDADES

- 10.1. Recusando-se a vencedora à contratação sem motivo justificado, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se à multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor de sua proposta, sem prejuízo da aplicação da sanção administrativa de suspensão temporária do direito de licitar pelo prazo de até cinco anos.
- 10.2. Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas no T.R, erros ou atrasos no cumprimento do contrato e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a detentora as seguintes sanções:
  - 10.2.1. advertência;
  - 10.2.2. 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o 10º (décimo) dia de atraso, sobre o valor da parcela, por ocorrência;
  - 10.2.3. 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado, no caso de atraso superior a 10 (dez) dias, com o conseqüente cancelamento/rescisão da Ata de Registro de Preços/Contrato, quando for o caso;
  - 10.2.4. 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado, nos casos:
    - 10.2.4.1. inobservância do nível de qualidade dos bens/produtos;
    - 10.2.4.2. transferência total ou parcial das obrigações a terceiros;
    - 10.2.4.3. subcontratação no todo ou em parte do objeto sem prévia autorização formal do Município;
    - 10.2.4.4. descumprimento das obrigações previstas neste T.R.
    - 10.2.4.5. Atrato ou frustração do evento por ineficiência da licitante contratada.
  - 10.2.5. Todas as penalidades são aplicadas mediante a autuação do PAR (Processo Administrativo de Responsabilização).
  - 10.2.6. Todos os registros referentes a penalidades serão registrados no SICAF e no CEIS.
- 10.3. A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato ou ata, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 10.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que o contratante promova sua reabilitação.
- 10.5. O valor das multas aplicadas deverá ser pago por meio de guia própria ao Município de Paula Cândido, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação ou poderão ser descontados dos pagamentos das faturas devidas pelo Município, quando for o caso.

## 11. PRAZO DE VIGÊNCIA



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0\_32) 3537 - 1242



- 11.1. A ata de RP vigorará por 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura, sendo vedada sua prorrogação.
- 11.2. Os contratos quando celebrados, terão sua vigência condicionada a existência dos créditos orçamentários, podendo ser prorrogados na forma do Art. 57, Inc. II da Lei 8.666/1993.

## 12. DOS REQUISITOS APLICÁVEIS AO OBJETO.

- 12.1. Para os itens que envolva estrutura metálica e elétrica, é necessário possuir cadastro no órgão regulador da profissão e atividade, bem como possuir profissional técnico responsável habilitado para emissão de laudos e ART/RRT.
- 12.2. Demais documentos previstos nos Art. 28 e 29 da Lei nº 8.666/1993.

## 13. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 13.1. Não será permitido a subcontratação do objeto.

## 14. DO LOCAL DE FORNECIMENTO E ENTREGA

14.1. **Emitida a Autorização de fornecimento ou nota de empenho em favor da detentora, a mesma deverá fornecer os Equipamentos solicitados e garantindo sua entrega em até 05 dias úteis e no dia agendado para o evento marcado.**

- 14.1.1. A empresa fica responsável por entregar e retirar os equipamentos nos locais a serem designados pelo Município.
- 14.1.2. Havendo a entrega de forma antecipada, contabilizar-se-á as diárias somente do dia do evento ou data previamente designada em diante.
- 14.1.3. A licitante deverá manter a equipe técnica durante o evento para manuseio dos equipamentos.
- 14.1.4. Compreende-se por diária, um evento de tempo médio 8h.
- 14.1.5. Os termos distrito e cidade, compreendem a montagem das estruturas em localidades rurais, bairros e centro urbano.

## 15. DA PLANILHA DE QUANTITATIVOS.

Lote 1 - PALCO E CAMARIM					
Item	Unid	Especificação	Qtde	Val. Unitário	Val. Total
1	Dia	SISTEMA DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, ESTRUTURA-CAMARIM OCTANORM - DISTRITO E CIDADE-Dia	5		
2	Dia	SISTEMA DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, ESTRUTURA-ESTRUTURA METÁLICA PALCO MÓDULO I - DISTRITO E CIDADE-Dia	14		
3	Dia	SISTEMA DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, ESTRUTURA-ESTRUTURA METÁLICA PALCO MÓDULO II - DISTRITO E CIDADE-Dia	7		
4	Dia	SISTEMA DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, ESTRUTURA-ESTRUTURA METÁLICA PALCO MÓDULO III - DISTRITO E CIDADE-Dia	4		
<b>Total:</b>					

Lote 2 - ILUMINAÇÃO					
Item	Unid	Especificação	Qtde	Val. Unitário	Val. Total



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0\_32) 3537 - 1242



8	Dia	SISTEMA DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, ESTRUTURA-SISTEMA DE ILUMINAÇÃO – MÓDULO I - DISTRITO E CIDADE-Dia	30		
9	Dia	SISTEMA DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, ESTRUTURA-SISTEMA DE ILUMINAÇÃO – MÓDULO II - DISTRITO E CIDADE-Dia	10		
<b>Total:</b>					

## Lote 3 - SONORIZAÇÃO

Item	Unid	Especificação	Qtde	Val. Unitário	Val. Total
10	Dia	SISTEMA DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, ESTRUTURA-SISTEMA DE SONORIZAÇÃO – MÓDULO I – DISTRITO E CIDADE -Dia	30		
11	Dia	SISTEMA DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, ESTRUTURA-SISTEMA DE SONORIZAÇÃO – MÓDULO II - DISTRITO E CIDADE-Dia	10		
12	Dia	SISTEMA DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, ESTRUTURA-SISTEMA DE SONORIZAÇÃO – MÓDULO III - DISTRITO E CIDADE-Dia	5		
<b>Total:</b>					

## Lote 4 - TENDA GALPÃO

Item	Unid	Especificação	Qtde	Val. Unitário	Val. Total
13	Dia	SISTEMA DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, ESTRUTURA-TENDA GALPÃO II - DISTRITO E CIDADE-Dia	5		
14	Dia	SISTEMA DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, ESTRUTURA-TENDA GALPÃO III - DISTRITO E CIDADE-Dia	4		
<b>Total:</b>					

## Lote 5 - TENDA

Item	Unid	Especificação	Qtde	Val. Unitário	Val. Total
15	Dia	SISTEMA DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, ESTRUTURA-TENDA I - DISTRITO E CIDADE-Dia	8		
16	Dia	SISTEMA DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, ESTRUTURA-TENDA II - DISTRITO E CIDADE-Dia	25		
17	Dia	SISTEMA DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, ESTRUTURA-TENDA III - DISTRITO E CIDADE-Dia	20		
<b>Total:</b>					

## Lote 6 - SERV. DE APOIO

Item	Unid	Especificação	Qtde	Val. Unitário	Val. Total
7	Dia	SISTEMA DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, ESTRUTURA-SERVIÇO DE APOIO DESARMADO - DISTRITO E CIDADE-Dia	60		
<b>Total:</b>					

## Lote 7 - GERADOR

Item	Unid	Especificação	Qtde	Val. Unitário	Val. Total
5	Dia	SISTEMA DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, ESTRUTURA-GERADOR I - DISTRITO E CIDADE-Dia	5		
<b>Total:</b>					

## Lote 8 - GRADIL



Item	Unid	Especificação	Qtde	Val. Unitário	Val. Total
6	Dia	SISTEMA DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, ESTRUTURA-GRADIL - DISTRITO E CIDADE-Dia	200		
<b>Total:</b>					

## DESCRIÇÃO DA ESTRUTURA E SERVIÇOS:

### SISTEMA DE SONORIZAÇÃO – MÓDULO I – DISTRITO E CIDADE

LOCAÇÃO DE SISTEMA DE SONORIZAÇÃO PROFISSIONAL E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS RELACIONADOS, PARA ATENDER DEMANDAS DE PEQUENO PORTE COMO PALESTRAS, CERIMONIAIS, OFICINAS, APRESENTAÇÃO DE DANÇA, SOLENIDADES CÍVICAS OU RELIGIOSAS, COM O INTUITO DE FORNECER COM QUALIDADE E EFICIÊNCIA UM SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO QUE CONTEMPLE COM QUALIDADE O MUNICÍPIO, SOLICITANTE DO SERVIÇO, BEM COMO A COMUNIDADE.

#### DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO:

2 CAIXAS DE SOM ATIVAS, OU PASSIVA COM POTENCIA, CONTENDO 1 ALTO FALANTE DE 15 POLEGADAS E UM DRIVER DE TITANIUM COM A POTÊNCIA DE 450WRMS CADA UMA;

2 TRIPÉS PARA CAIXA DE SOM;

1 MESA DE SOM COM NO MÍNIMO 8 CANAIS, DISPONDO DE UMA ENTRADA USB E EFEITO DIGITAL (YAMAHA OU SIMILAR);

1 MICROFONE SEM FIO UHF;

4 MICROFONES SM58 OU SIMILAR, COM FIO;

1 APARELHO DE DVD, CD, MP3 PLAYER COM ENTRADA USB, CONTENDO MINI TELA LCD PARA VISUALIZAÇÃO DE REPERTÓRIO MUSICAL;

4 PEDESTAIS PARA MICROFONES COM GARRA;

1 CHAVE DE TESTE PARA AFERIÇÃO DE ENERGIA;

CABEAMENTO PARA TODO SISTEMA DE SOM, CONSIDERANDO A INTERLIGAÇÃO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS ACIMA MENCIONADOS, INCLUINDO EXTENSÕES ELÉTRICAS. DEVE- SE CONSIDERAR INCLUSIVE ADVERSIDADES DAS LOCALIDADES COMO DISTÂNCIA DE PADRÕES E TOMADAS;

REPERTÓRIO MUSICAL VARIADO PARA DIVERSAS OCASIÕES COMO INSTRUMENTAL, FESTA JUNINA, RELIGIOSA, GOSPEL, NATALINA, CARNAVALESKA, INFANTIL, ENTRE OUTROS;

REPERTÓRIO MUSICAL ATUAL, COMPREENDENDO TODOS OS ESTILOS, COM EXCEÇÃO DE MÚSICAS COM APELOS RELACIONADOS À VIOLÊNCIA, PORNOGRÁFICOS E CENSURADOS;

REPERTÓRIO SOLENE, COMPREENDENDO HINO NACIONAL BRASILEIRO (CANTADO E INSTRUMENTAL), HINO À BANDEIRA, HINO DE MINAS GERAIS E HINO DE MARIANA;

1 TÉCNICO DE SOM, HABILITADO E CAPACITADO PARA A INTERLIGAÇÃO E OPERAÇÃO DO SISTEMA ACIMA MENCIONADO, COM CONHECIMENTO EM ELÉTRICA BÁSICA E APTO PARA DIVERSIDADES. DISTINTAMENTE PREPARADO E VESTIDO PARA OCASIÕES EVENTOS DIVERSOS, FICANDO A CARGO DA CONTRATADA O SEU TRANSPORTE BEM COMO DO EQUIPAMENTO, A SUA ALIMENTAÇÃO E TODAS AS DESPESAS RELACIONADA À EXECUÇÃO DO SERVIÇO.

#### OBRIGAÇÕES:

A CONTRATADA DEVERÁ ENTRAR EM CONTATO COM O RESPONSÁVEL PELO EVENTO PREVIAMENTE, A FIM DE REFINAR DETALHES SOBRE A EXECUÇÃO DO SERVIÇO BEM COMO O HORÁRIO DE MONTAGEM COM ANTECEDÊNCIA, VISANDO GARANTIR A PONTUALIDADE DO EVENTO E NÃO ATRAPALHAR O ANDAMENTO DO MESMO;

A CONTRATADA SE COMPROMETE A RESPEITAR E CUMPRIR TODOS OS PADRÕES DE SEGURANÇA TANTO PARA OS FUNCIONÁRIOS COMO PARA O PÚBLICO A SER ATENDIDO;

A CONTRATADA SE COMPROMETE A GARANTIR A PERFEITA FUNCIONALIDADE DO EQUIPAMENTO, ESTANDO PREPARADA PARA SUBSTITUIÇÃO DE QUALQUER ITEM ACIMA RELACIONADO QUE VENHA, POR ACIDENTE OU POR DESGASTE, DEIXAR DE FUNCIONAR SEM CUSTO ADICIONAL AO CONTRATANTE E AO PÚBLICO ATENDIDO.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO



RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

SISTEMA DE SONORIZAÇÃO - MÓDULO 01 - DISTRITO (CIDADE 32) 3537 - 1242

LOCAÇÃO DE SISTEMA DE SONORIZAÇÃO PROFISSIONAL E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS RELACIONADOS, PARA ATENDER DEMANDAS DE MÉDIO PORTE COMO SHOWS, COM O INTUITO DE FORNECER COM QUALIDADE E EFICIÊNCIA UM SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO QUE CONTEMPLA COM QUALIDADE O MUNICÍPIO, SOLICITANTE DO SERVIÇO, BEM COMO A COMUNIDADE.

## DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO

P.A:

4 CAIXAS DE SUB GRAVES, CONTENDO DOIS ALTO FALANTES DE 18 POLEGADAS, COM NO MÍNIMO 1200WRMS CADA CAIXA;

4 CAIXAS DE MÉDIAS ALTAS, CONTENDO DOIS ALTO FALANTES DE 12 POLEGADAS E UM DRIVER DE TITANIUM, SOMANDO O CONJUNTO A POTENCIA MÍNIMA DE 1200W RMS CADA CAIXA;

1 AMPLIFICADOR DE POTÊNCIA ESTÉREO, COM NO MÍNIMO 5KWRMS E IMPEDÂNCIA MÍNIMA DE 20HMS POR CANAL PARA AS CAIXAS DE SUB GRAVE (YAMAHA OU SIMILAR);

1 AMPLIFICADOR DE POTÊNCIA ESTÉREO, COM NO MÍNIMO 3KWRMS E IMPEDÂNCIA MÍNIMA DE 20HMS POR CANAL PARA OS MÉDIOS GRAVES(YAMAHA OU SIMILAR);

1 AMPLIFICADOR DE POTÊNCIA ESTÉREO, COM NO MÍNIMO 1KWRMS E IMPEDÂNCIA MÍNIMA DE 40HMS POR CANAL PARA AS MÉDIAS AGUDAS(YAMAHA OU SIMILAR);

CABEAMENTO PARA TODO SISTEMA DE P.A., CONSIDERANDO AS ADVERSIDADES DAS LOCALIDADES;

1 CONDICIONADOR DE ENERGIA 110VOLTS

1 PROCESSADOR DIGITAL CROSSOVER ESTÉREO;

1 MESA DE SOM DIGITAL, COM 24 CANAIS COM NO MÍNIMO 6 SAÍDAS AUXILIARES PARA MONITORAÇÃO NO PALCO (YAMAHA OU SIMILAR);

1 EQUALIZADOR ESTÉREO COM 32 BANDAS POR CANAL PARA O P.A;

PALCO:

3 EQUALIZADORES ESTÉREOS COM 32 BANDAS POR CANAL PARA OS MONITORES;

1 AMPLIFICADOR PARA FONES (POWERPLAY) COM 4 CANAIS;

4 CAIXAS DE RETORNO PROFISSIONAL, COM A POTÊNCIA MÍNIMA DE 400WRMS CADA UMA;

SIDE: ESQUERDO E DIREITO

2 CAIXAS DE SOM MODELO SP4 OU SIMILAR, COMPOSTA POR DOIS ALTO FALANTES DE 15 POLEGADAS E UM DRIVER DE MÉDIO AGUDO, COM A POTÊNCIA COMBINADA FALANTE E DRIVER DE NO MÍNIMO 1KW RMS CADA CAIXA;

3 AMPLIFICADORES DE POTÊNCIA ESTÉREO COM NO MÍNIMO 1KW E IMPEDÂNCIA ENTRE 2 E 40HMS POR SAÍDA PARA MONITORES E SIDES;

BACK LINE

1 AMPLIFICADOR DE CONTRA BAIXO PROFISSIONAL 200WRMS (HARTKE OU SIMILAR);

1 AMPLIFICADOR DE GUITARRA PROFISSIONAL (MARSHALL OU SIMILAR);

MICROFONES

2 MICROFONES SEM FIO UHF, PREFERENCIALMENTE MODELOS DA SHURE OU SIMILARES COM A MESMA QUALIDADE OU SUPERIORES;

6 MICROFONES SM58 COM FIO PARA VOCAIS;

6 MICROFONES SM57;

1 KIT DE MICROFONES PARA BATERIA;

4 DIRECT BOX;

4 FONES DE OUVIDO PROFISSIONAIS;

10 PEDESTAIS GIRAFÁ ARTICULÁVEIS PARA MICROFONE;

6 GARRAS TIPO LP PARA PERCUSSÃO;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0\_32) 3537 - 1242



1 MULTIVIA COM 6 CANAIS XLR ESPAGUETADA PARA BATERIA, COM NO MÍNIMO 8 METROS;

1 MULTIVIA COM 6 CANAIS XLR ESPAGUETADA PARA PERCUSSÃO, COM NO MÍNIMO 8 METROS;

25 CABOS XLR, COM NO MÍNIMO 10 METROS CADA;

4 CABOS DE FONES, COM NO MÍNIMO 10 METROS CADA;

CABEAMENTO PARA TODO SISTEMA ACIMA MENCIONADO, CONSIDERANDO CAIXAS E PROCESSADORES E ALIMENTAÇÃO DO SISTEMA;

MAIN POWER: CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA COM TOMADAS PADRONIZADAS E PROTEGIDAS POR DISJUNTORES;

1 MULTÍMETRO

CABEAMENTO PARA TODO SISTEMA DE SOM, CONSIDERANDO A INTERLIGAÇÃO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS ACIMA MENCIONADOS, INCLUINDO EXTENSÕES ELÉTRICAS. DEVE-SE CONSIDERAR INCLUSIVE ADVERSIDADES DAS LOCALIDADES COMO DISTÂNCIA DE PADRÕES E TOMADAS, BEM COMO GRUPOS GERADORES, LEVANDO A LINHA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ATÉ O PONTO DE FORNECIMENTO, RESPEITANDO REGRAS DE SEGURANÇA E OPERACIONAIS ESTABELECIDAS POR NORMAS;

REPERTÓRIO MUSICAL VARIADO PARA DIVERSAS OCASIÕES COMO INSTRUMENTAL, FESTA JUNINA, RELIGIOSA, GOSPEL, NATALINA, CARNAVALESCA, INFANTIL, ENTRE OUTROS;

REPERTÓRIO MUSICAL ATUAL, COMPREENDENDO TODOS OS ESTILOS, COM EXCEÇÃO DE MÚSICAS COM APELOS RELACIONADOS À VIOLÊNCIA, PORNOGRÁFICOS E CENSURADOS;

REPERTÓRIO SOLENE, COMPREENDENDO HINO NACIONAL BRASILEIRO (CANTADO E INSTRUMENTAL), HINO À BANDEIRA, HINO DE MINAS GERAIS E HINO DE MARIANA;

1 TÉCNICO DE SOM, HABILITADO E CAPACITADO PARA A INTERLIGAÇÃO E OPERAÇÃO DO SISTEMA ACIMA MENCIONADO, COM CONHECIMENTO EM ELÉTRICA BÁSICA E APTO PARA DIVERSIDADES E 1 ASSISTENTE DE PALCO CAPACITADO. DISTINTAMENTE PREPARADOS E VESTIDOS PARA OCASIÕES E EVENTOS DIVERSOS, FICANDO A CARGO DA CONTRATADA O TRANSPORTE DE AMBOS BEM COMO DO EQUIPAMENTO, A SUA ALIMENTAÇÃO E TODAS AS DESPESAS RELACIONADA À EXECUÇÃO DO SERVIÇO.

OBRIGAÇÕES:

A CONTRATADA DEVERÁ ENTRAR EM CONTATO COM O RESPONSÁVEL PELO EVENTO PREVIAMENTE, A FIM DE REFINAR DETALHES SOBRE A EXECUÇÃO DO SERVIÇO BEM COMO, DE RIDERS E MAPAS DE PALCO DAS BANDAS E DEMANDAS RELACIONADAS E HORÁRIO DE MONTAGEM COM ANTECEDÊNCIA, VISANDO GARANTIR A PONTUALIDADE DO EVENTO E NÃO ATRAPALHAR O ANDAMENTO DO MESMO

A CONTRATADA SE COMPROMETE A RESPEITAR E CUMPRIR TODOS OS PADRÕES DE SEGURANÇA TANTO PARA OS FUNCIONÁRIOS COMO PARA O PÚBLICO, ARTISTAS E MÚSICOS A SEREM ATENDIDOS;

A CONTRATADA SE COMPROMETE A GARANTIR A PERFEITA FUNCIONALIDADE DO EQUIPAMENTO, ESTANDO PREPARADA PARA SUBSTITUIÇÃO DE QUALQUER ITEM ACIMA RELACIONADO QUE VENHA, POR ACIDENTE OU POR DESGASTE, DEIXAR DE FUNCIONAR SEM CUSTO ADICIONAL AO CONTRATANTE E AO PÚBLICO ATENDIDO.

## ITEM 003 SISTEMA DE SONORIZAÇÃO – MÓDULO III - DISTRITO E CIDADE

LOCAÇÃO DE SISTEMA DE SONORIZAÇÃO PROFISSIONAL E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS RELACIONADOS, PARA ATENDER DEMANDAS DE MÉDIO E GRANDE PORTE COMO SHOWS, COM O INTUITO DE FORNECER COM QUALIDADE E EFICIÊNCIA UM SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO QUE CONTEMPLA COM QUALIDADE O MUNICÍPIO, SOLICITANTE DO SERVIÇO, BEM COMO A COMUNIDADE.

DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO:

P.A:

8 CAIXAS DE SUB GRAVES, CONTENDO DOIS ALTO FALANTES DE 18 POLEGADAS, COM NO MÍNIMO 1200WRMS CADA CAIXA;

8 CAIXAS DE MÉDIAS ALTAS, CONTENDO DOIS ALTO FALANTES DE 12 POLEGADAS E UM DRIVER DE TITANIUM NA CONFIGURAÇÃO DE LINE ARRAY OU FLY P.A, SOMANDO O CONJUNTO A POTÊNCIA MÍNIMA DE 1200WRMS CADA CAIXA;

2 AMPLIFICADORES DE POTÊNCIA ESTÉREO, COM NO MÍNIMO 5KWRMS E IMPEDÂNCIA MÍNIMA DE 20HMS POR CANAL PARA AS CAIXAS DE SUB GRAVE (YAMAHA OU SIMILAR);



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0\_\_32) 3537 - 1242



2 AMPLIFICADORES DE POTÊNCIA ESTÉREO, COM NO MÍNIMO 3KWRMS E IMPEDÂNCIA MÍNIMA DE 20HMS POR CANAL PARA OS MÉDIOS GRAVES(YAMAHA OU SIMILAR);

2 AMPLIFICADORES DE POTÊNCIA ESTÉREO, COM NO MÍNIMO 1KWRMS E IMPEDÂNCIA MÍNIMA DE 40HMS POR CANAL PARA AS MÉDIAS AGUDAS(YAMAHA OU SIMILAR);

CABEAMENTO PARA TODO SISTEMA DE P.A., CONSIDERANDO AS ADVERSIDADES DAS LOCALIDADES;

1 CONDICIONADOR DE ENERGIA 110VOLTS;

1 PROCESSADOR DIGITAL CROSSOVER ESTÉREO;

1 MESA DE SOM DIGITAL COM 40 CANAIS, COM NO MÍNIMO 10 SAÍDAS AUXILIARES PARA P.A. (YAMAHA OU SIMILAR);

1 EQUALIZADOR ESTÉREO COM 32 BANDAS POR CANAL PARA O P.A;

1 MULTICABO, COM 56 VIAS, MÍNIMO DE 50 METROS MAIS 10 METROS PARA O SPLINTER.

MONITOR:

1 MESA DE SOM DIGITAL, COM 40 CANAIS E NO MÍNIMO 10 SAÍDAS AUXILIARES PARA MONITORES, MAIS 2 ESQUERDA E DIREITA PARA O SIDE FIELD, SOMANDO 12 VIAS NO MÍNIMO (YAMAHA OU SIMILAR);

6 EQUALIZADORES ESTÉREOS, COM 32 BANDAS POR CANAL PARA OS MONITORES E SIDES;

1 AMPLIFICADOR PARA FONES (POWERPLAY), COM 8 CANAIS.

PALCO:

8 CAIXAS DE RETORNO PROFISSIONAL, COM A POTÊNCIA MÍNIMA DE 400WRMS CADA UMA.

SIDE: ESQUERDO E DIREITO

2 CAIXAS DE SUB GRAVES, CONTENDO DOIS ALTO FALANTES DE 18 POLEGADAS, COM NO MÍNIMO 1200W RMS CADA CAIXA;

2 CAIXAS DE MÉDIAS ALTAS, CONTENDO DOIS ALTO FALANTES DE 12 POLEGADAS E UM DRIVER DE TITANIUM, SOMANDO O CONJUNTO A POTÊNCIA MÍNIMA DE 1200WRMS CADA CAIXA;

1 AMPLIFICADOR DE POTÊNCIA ESTÉREO, COM NO MÍNIMO 5KWRMS5KWRMS E IMPEDÂNCIA MÍNIMA DE 20HMS POR CANAL PARA AS CAIXAS DE SUB GRAVE (YAMAHA OU SIMILAR);

1 AMPLIFICADORES DE POTÊNCIA ESTÉREO, COM NO MÍNIMO 5KWRMS E IMPEDÂNCIA MÍNIMA DE 20HMS POR CANAL PARA AS CAIXAS DE SUB GRAVE (YAMAHA OU SIMILAR);

1 AMPLIFICADOR DE POTÊNCIA ESTÉREO COM NO MÍNIMO 3KWRMS E IMPEDÂNCIA MÍNIMA DE 20HMS POR CANAL PARA AS CAIXAS DE SUB GRAVE (YAMAHA OU SIMILAR);

1 AMPLIFICADOR DE POTÊNCIA ESTÉREO COM NO MÍNIMO 1KWRMS E IMPEDÂNCIA MÍNIMA DE 40HMS PARA AS MEDIAS AGUDAS(YAMAHA OU SIMILAR);

1 CONDICIONADOR DE ENERGIA 110VOLTS;

1 PROCESSADOR DIGITAL CROSSOVER ESTÉREO.

BACK LINE

1 AMPLIFICADOR DE CONTRA BAIXO PROFISSIONAL 400WRMS HARTKE OU SIMILAR;

2 AMPLIFICADORES DE GUITARRA PROFISSIONAL (MARSHALL OU SIMILAR);

1 CORPO DE BATERIA, CONTENDO 1 TOM DE 10", 1 TOM DE 12", BUMBO 22", SURDO, 2 ESTANTES DE PRATO, 1 MÁQUINA DE CHIMBAL E 1 BANCO (TAMA OU SIMILAR).

MICROFONES

3 MICROFONES SEM FIO UHF, PREFERENCIALMENTE MODELOS DA SHURE OU SIMILARES COM A MESMA QUALIDADE OU SUPERIORES;

8 MICROFONES SM58 SHURE OU SIMILAR;

8 MICROFONES SM57 SHURE OU SIMILAR;

2 MICROFONES SM81 SHURE OU SIMILAR;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0\_32) 3537 - 1242



1 MICROFONE PARA BUMBO SHURE OU SIMILAR;

1 KIT DE MICROFONES PARA BATERIA;

8 DIRECT BOX PASSIVOS;

2 DIRECT BOX ATIVOS;

8 FONES DE OUVIDO PROFISSIONAIS

16 PEDESTAIS GIRAFÁ ARTICULÁVEIS PARA MICROFONE;

8 GARRAS TIPO LP PARA PERCUSSÃO;

4 MULTIVIAS COM 6 CANAIS XLR ESPAGUETADA, COM NO MÍNIMO 8 METROS;

2 SUB SNAKE, COM 8 CANAIS;

40 CABOS XLR, COM NO MÍNIMO 10 METROS CADA;

8 CABOS DE FONES, COM NO MÍNIMO 10 METROS CADA;

CABEAMENTO PARA TODO SISTEMA ACIMA MENCIONADO, CONSIDERANDO CAIXAS E PROCESSADORES E ALIMENTAÇÃO DO SISTEMA;

MAIN POWER: CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA COM TOMADAS PADRONIZADAS E PROTEGIDAS POR DISJUNTORES;

1 MULTÍMETRO.

CABEAMENTO PARA TODO SISTEMA DE SOM, CONSIDERANDO A INTERLIGAÇÃO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS ACIMA MENCIONADOS, INCLUINDO EXTENSÕES ELÉTRICAS. DEVE-SE CONSIDERAR INCLUSIVE ADVERSIDADES DAS LOCALIDADES COMO DISTÂNCIA DE PADRÕES E TOMADAS, BEM COMO GRUPOS GERADORES, LEVANDO A LINHA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ATÉ O PONTO DE FORNECIMENTO, RESPEITANDO REGRAS DE SEGURANÇA E OPERACIONAIS ESTABELECIDAS POR NORMAS;

REPERTÓRIO MUSICAL VARIADO PARA DIVERSAS OCASIÕES COMO INSTRUMENTAL, FESTA JUNINA, RELIGIOSA, GOSPEL, NATALINA, CARNAVALESCA, INFANTIL, ENTRE OUTROS;

REPERTÓRIO MUSICAL ATUAL, COMPREENDENDO TODOS OS ESTILOS, COM EXCEÇÃO DE MÚSICAS COM APELOS RELACIONADOS À VIOLÊNCIA, PORNOGRÁFICOS E CENSURADOS;

REPERTÓRIO SOLENE, COMPREENDENDO HINO NACIONAL BRASILEIRO (CANTADO E INSTRUMENTAL), HINO À BANDEIRA, HINO DE MINAS GERAIS E HINO DE DIOGO DE VASCONCELOS;

2 TÉCNICOS DE SOM, HABILITADOS E CAPACITADOS PARA A INTERLIGAÇÃO E OPERAÇÃO DO SISTEMA ACIMA MENCIONADO, COM CONHECIMENTO EM ELÉTRICA BÁSICA E APTO PARA DIVERSIDADES E 1 ASSISTENTE DE PALCO CAPACITADO. DISTINTAMENTE PREPARADOS E VESTIDOS PARA OCASIÕES E EVENTOS DIVERSOS, FICANDO A CARGO DA CONTRATADA O TRANSPORTE DE AMBOS BEM COMO DO EQUIPAMENTO, A SUA ALIMENTAÇÃO E TODAS AS DESPESAS RELACIONADA À EXECUÇÃO DO SERVIÇO.

OBRIGAÇÕES:

A CONTRATADA DEVERÁ ENTRAR EM CONTATO COM O RESPONSÁVEL PELO EVENTO PREVIAMENTE, A FIM DE REFINAR DETALHES SOBRE A EXECUÇÃO DO SERVIÇO BEM COMO, DE RIDERS E MAPAS DE PALCO DAS BANDAS E DEMANDAS RELACIONADAS E HORÁRIO DE MONTAGEM COM ANTECEDÊNCIA, VISANDO GARANTIR A PONTUALIDADE DO EVENTO E NÃO ATRAPALHAR O ANDAMENTO DO MESMO;

A CONTRATADA SE COMPROMETE A RESPEITAR E CUMPRIR TODOS OS PADRÕES DE SEGURANÇA TANTO PARA OS FUNCIONÁRIOS COMO PARA O PÚBLICO, ARTISTAS E MÚSICOS A SEREM ATENDIDOS;

A CONTRATADA SE COMPROMETE A GARANTIR A PERFEITA FUNCIONALIDADE DO EQUIPAMENTO, ESTANDO PREPARADA PARA SUBSTITUIÇÃO DE QUALQUER ITEM ACIMA RELACIONADO QUE VENHA, POR ACIDENTE OU POR DESGASTE, DEIXAR DE FUNCIONAR SEM CUSTO ADICIONAL AO CONTRATANTE E AO PÚBLICO ATENDIDO.

## SISTEMA DE ILUMINAÇÃO – MÓDULO I - DISTRITO E CIDADE

LOCAÇÃO DE SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PROFISSIONAL E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS RELACIONADOS, PARA ATENDER DEMANDAS DE EVENTOS COM O INTUITO DE FORNECER COM QUALIDADE E EFICIÊNCIA UM SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO QUE CONTEMPLA COM QUALIDADE O MUNICÍPIO, SOLICITANTE DO SERVIÇO, BEM COMO A COMUNIDADE.

DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO:



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0\_\_32) 3537 - 1242



12 REFLETORES PAR 64 RGBW 54 LEDS, COM NO MÍNIMO 3WATS DMX;

1 MESA CONTROLADORA DMX;

2 MINI BRUTE 4 LÂMPADAS;

1 MÁQUINA DE FUMAÇA;

SUPRIMENTOS PARA MÁQUINA DE FUMAÇA;

2 REFLETORES PARA LUZ BRANCA, PARA LUZ DE SERVIÇO NO PALCO - MODELO E POTÊNCIA A CRITÉRIO DA CONTRATADA;

SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA PROTEGIDO POR DISJUNTORES, CONFORME REGRAS DE SEGURANÇA ESTABELECIDAS POR NORMAS;

CABEAMENTO PARA TODO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO, CONSIDERANDO A INTERLIGAÇÃO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS ACIMA MENCIONADOS, INCLUINDO CABOS DMX E EXTENSÕES ELÉTRICAS. DEVE-SE CONSIDERAR INCLUSIVE ADVERSIDADES DAS LOCALIDADES COMO DISTÂNCIA DE PADRÕES E TOMADAS, BEM COMO GRUPOS GERADORES, LEVANDO A LINHA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ATÉ O PONTO DE FORNECIMENTO, RESPEITANDO REGRAS DE SEGURANÇA E OPERACIONAIS ESTABELECIDAS POR NORMAS;

1 TÉCNICO DE ILUMINAÇÃO, HABILITADO E CAPACITADO PARA A INTERLIGAÇÃO E OPERAÇÃO DO SISTEMA ACIMA MENCIONADO, COM CONHECIMENTO EM ELÉTRICA BÁSICA, APTO PARA DIVERSIDADES E 1 ASSISTENTE DE PALCO. DISTINTAMENTE PREPARADOS E VESTIDOS PARA OCASIÕES E EVENTOS DIVERSOS, FICANDO A CARGO DA CONTRATADA O TRANSPORTE DE AMBOS, BEM COMO DO EQUIPAMENTO, A SUA ALIMENTAÇÃO E TODAS AS DESPESAS RELACIONADA À EXECUÇÃO DO SERVIÇO.

OBRIGAÇÕES:

A CONTRATADA DEVERÁ ENTRAR EM CONTATO COM O RESPONSÁVEL PELO EVENTO PREVIAMENTE, A FIM DE REFINAR DETALHES SOBRE A EXECUÇÃO DO SERVIÇO BEM COMO MAPAS DE PALCO E PLANO DE LUZ DAS BANDAS E DEMANDAS RELACIONADAS E HORÁRIO DE MONTAGEM E AFINAÇÃO DE LUZ COM ANTECEDÊNCIA, VISANDO GARANTIR A PONTUALIDADE DO EVENTO E NÃO ATRAPALHAR O ANDAMENTO DO MESMO;

A CONTRATADA SE COMPROMETE A RESPEITAR E CUMPRIR TODOS OS PADRÕES DE SEGURANÇA TANTO PARA OS FUNCIONÁRIOS COMO PARA O PÚBLICO, ARTISTAS E MÚSICOS A SEREM ATENDIDOS;

A CONTRATADA SE COMPROMETE A GARANTIR A PERFEITA FUNCIONALIDADE DO EQUIPAMENTO, ESTANDO PREPARADA PARA SUBSTITUIÇÃO DE QUALQUER ITEM ACIMA RELACIONADO QUE VENHA, POR ACIDENTE OU POR DESGASTE, DEIXAR DE FUNCIONAR SEM CUSTO ADICIONAL AO CONTRATANTE E AO PÚBLICO ATENDIDO.

## SISTEMA DE ILUMINAÇÃO – MÓDULO II - DISTRITO E CIDADE

LOCAÇÃO DE SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PROFISSIONAL E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS RELACIONADOS, PARA ATENDER DEMANDAS DE EVENTOS COM O INTUITO DE FORNECER COM QUALIDADE E EFICIÊNCIA UM SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO QUE CONTEMPLE COM QUALIDADE O MUNICÍPIO, SOLICITANTE DO SERVIÇO, BEM COMO A COMUNIDADE.

DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO:

24 REFLETORES PAR 64 RGBW 54 LEDS, COM NO MÍNIMO 3WATS DMX;

4 MOVING HEAD BEAM 200 5R;

1 MESA CONTROLADORA DMX;

2 MINI BRUTE 4 LÂMPADAS;

1 MÁQUINA DE FUMAÇA;

SUPRIMENTOS PARA MÁQUINA DE FUMAÇA;

2 REFLETORES PARA LUZ BRANCA, PARA LUZ DE SERVIÇO NO PALCO - MODELO E POTÊNCIA A CRITÉRIO DA CONTRATADA;

SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA PROTEGIDO POR DISJUNTORES, CONFORME REGRAS DE SEGURANÇA ESTABELECIDAS POR NORMAS;

CABEAMENTO PARA TODO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO, CONSIDERANDO A INTERLIGAÇÃO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS ACIMA MENCIONADOS, INCLUINDO CABOS DMX E EXTENSÕES ELÉTRICAS. DEVE-SE CONSIDERAR INCLUSIVE ADVERSIDADES DAS LOCALIDADES COMO DISTÂNCIA DE PADRÕES E TOMADAS, BEM COMO GRUPOS GERADORES, LEVANDO A LINHA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ATÉ O PONTO DE FORNECIMENTO, RESPEITANDO REGRAS DE SEGURANÇA E OPERACIONAIS ESTABELECIDAS POR NORMAS;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0\_32) 3537 - 1242



1 TÉCNICO DE ILUMINAÇÃO, HABILITADO E CAPACITADO PARA A INTERLIGAÇÃO E OPERAÇÃO DO SISTEMA ACIMA MENCIONADO, COM CONHECIMENTO EM ELÉTRICA BÁSICA, APTO PARA DIVERSIDADES E 1 ASSISTENTE DE PALCO. DISTINTAMENTE PREPARADOS E VESTIDOS PARA OCASIÕES E EVENTOS DIVERSOS, FICANDO A CARGO DA CONTRATADA O TRANSPORTE DE AMBOS, BEM COMO DO EQUIPAMENTO, A SUA ALIMENTAÇÃO E TODAS AS DESPESAS RELACIONADA À EXECUÇÃO DO SERVIÇO.

## OBRIGAÇÕES:

A CONTRATADA DEVERÁ ENTRAR EM CONTATO COM O RESPONSÁVEL PELO EVENTO PREVIAMENTE, A FIM DE REFINAR DETALHES SOBRE A EXECUÇÃO DO SERVIÇO BEM COMO MAPAS DE PALCO E PLANO DE LUZ DAS BANDAS E DEMANDAS RELACIONADAS E HORÁRIO DE MONTAGEM E AFINAÇÃO DE LUZ COM ANTECEDÊNCIA, VISANDO GARANTIR A PONTUALIDADE DO EVENTO E NÃO ATRAPALHAR O ANDAMENTO DO MESMO;

A CONTRATADA SE COMPROMETE A RESPEITAR E CUMPRIR TODOS OS PADRÕES DE SEGURANÇA TANTO PARA OS FUNCIONÁRIOS COMO PARA O PÚBLICO, ARTISTAS E MÚSICOS A SEREM ATENDIDOS;

A CONTRATADA SE COMPROMETE A GARANTIR A PERFEITA FUNCIONALIDADE DO EQUIPAMENTO, ESTANDO PREPARADA PARA SUBSTITUIÇÃO DE QUALQUER ITEM ACIMA RELACIONADO QUE VENHA, POR ACIDENTE OU POR DESGASTE, DEIXAR DE FUNCIONAR SEM CUSTO ADICIONAL AO CONTRATANTE E AO PÚBLICO ATENDIDO.

### ESTRUTURA METÁLICA PALCO MÓDULO I - DISTRITO E CIDADE

Palco em box truss de alumínio Q-30, medindo 6 metros de boca de cena x 4 metros de profundidade, x 5m de altura, piso com altura de 1m e carpete, fechado ao fundo e nas laterais com sombrite, com pano de saia à frente, cobertura em lona anti chama, com guarda corpo, escadas e corrimão de acordo com as normas do Corpo de Bombeiro de MG. Conter suporte ou torre para sustentação do P.A. (sonorização) conforme necessidade da equipe de som. Palco com no mínimo dois estaiamentos por pé.

### ESTRUTURA METÁLICA PALCO MÓDULO II - DISTRITO E CIDADE

Palco em box truss de alumínio Q-30, medindo 8 metros de boca de cena x 6 metros de profundidade, x 6m de altura, piso com altura de 1,5m e carpete, fechado ao fundo e nas laterais com sombrite, com pano de saia à frente, cobertura em lona anti chama, com guarda corpo, escadas e corrimão de acordo com as normas do Corpo de Bombeiro de MG. Conter suporte ou torre para sustentação do P.A. (sonorização) conforme necessidade da equipe de som. Palco com no mínimo dois estaiamentos por pé e um camarim com uma tenda 5mx5m, fechamentos e piso de madeira com carpete.

### ESTRUTURA METÁLICA PALCO MÓDULO III - DISTRITO E CIDADE

Palco em box truss de alumínio Q-30, medindo 10 metros de boca de cena x 8 metros de profundidade, x 7m de altura, piso com altura de 1,5m e carpete, fechado ao fundo e nas laterais com sombrite, com pano de saia à frente, cobertura em lona antichama, com guarda corpo, escadas e corrimão de acordo com as normas do Corpo de Bombeiro de MG. Com área de serviço e house mix de no mínimo 12m<sup>2</sup> com elevação de 30cm. Conter suporte ou torre para sustentação do P.A. (sonorização) conforme necessidade da equipe de som. Palco com no mínimo dois estaiamentos por pé. Camarim com uma tenda 5x5m, fechamentos e piso de madeira.

### TENDA I - DISTRITO E CIDADE

Tendas de estrutura de alumínio box truss Q-30 tamanho 10 x 10 metros, com 5m de altura, com no mínimo dois estaiamentos por pé. Lona antichamas e em perfeito estado de conservação. Quando necessário deverá ter fechamentos.

### TENDA II - DISTRITO E CIDADE

Tendas medindo 5 x 5 metros, em estrutura metálica de aço, pé direito de 2 a 3 mts de altura, cobertura em lona antichama. Estrutura e lona em perfeito estado de conservação. Quando necessário deverá ter fechamentos.

### TENDA III - DISTRITO E CIDADE

Tendas medindo 3,5 x 3,5 metros, em estrutura metálica de aço, pé direito de 2 a 2,5 mts de altura, cobertura em lona antichama. Estrutura e lona em perfeito estado de conservação. Quando necessário deverá ter fechamentos e balcão para utilizar como barraca.

### CAMARIM OCTANORM - DISTRITO E CIDADE

Camarim de octanorm 4x4m com forro de teto, carpete para o chão, ar condicionado, sofá, mesa, seis cadeiras, arara e espelho. Abertura para banheiro em uma lateral, porta com chave, iluminação e tomada.

### GRADIL - DISTRITO E CIDADE



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0\_32) 3537 - 1242



Grade metálica de isolamento com 2m de largura e 1,1m de altura com sistema de encaixe de uma para a outra. Valor por cada grade por diária.

## TENDA GALPÃO II - DISTRITO E CIDADE

TENDA 10 X 10 EM ESTRUTURA METALICA DE AÇO COBERTURA EM LONA ANTI-CHAMA MONTAGEM E DESMONTAGEM POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA. Valor por unidade/diária.

## TENDA GALPÃO III - DISTRITO E CIDADE

TENDA 10 X 15 EM ESTRUTURA METALICA DE AÇO COBERTURA EM LONA ANTI-CHAMA MONTAGEM E DESMONTAGEM POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA. Valor por unidade/diária.

## GERADOR I - DISTRITO E CIDADE

GERADOR CABINADO E SILENCIADO, POTENCIA 260KVA - TRIFÁSICO EM FUNCIONAMENTO, COM FORNECIMENTO DO COMBUSTÍVEL E OPERADOR INCLUSO

## SEGURANÇA - DISTRITO E CIDADE

Prestação de serviços de Segurança para realização dos serviços de apoio, contenção de tumulto, isolamento de ruas, acesso, áreas reservadas e para revistas pessoais a fim de garantir a segurança física das pessoas e a integridade do patrimônio dentro dos locais dos eventos, devidamente uniformizados e identificados, deverá ficar a disposição do contratante no mínimo 08 horas por evento, transporte, hospedagem e alimentação por conta da empresa contratada. Valor por unidade/diária.

**15.1.** A planilha acima contempla a demanda estimada para 12 (doze) meses.

## **16. DO VALOR ESTIMADO E MÁXIMO ACEITÁVEL.**

**16.1.** O valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação, se não constar expressamente do edital, possuirá caráter sigiloso e será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno, conforme preceitua o Art. 15 do Decreto Federal nº 10.024/2019. A adoção de tal dispositivo justifica-se para que os licitantes possam realizar a administração, a proposição de propostas livremente, ofertando os valores o mais próximos possível daqueles praticados pelo mercado, e seguindo seus próprios parâmetros de comercialização. Justifica-se também a adoção de tais dispositivos, para minimizar/eliminar possíveis e eventuais acordos explícitos ou implícitos entre licitantes no que tange as ofertas no ato da hasta pública.

## **17. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**17.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **18. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

**18.1.** O critério de julgamento para contratação do objeto é por menor preço por lote/grupo, sendo vencedor aquele que ofertar o menor preço para o conjunto de itens, sendo julgado por regime aberto de disputa.

## **19. DA JUSTIFICATIVA DO AGRUPAMENTO**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0\_\_32) 3537 - 1242



**19.1.** O objeto a ser licitado foi agrupado usando a metodologia de agrupar os itens de características semelhantes, com vistas a manter a padronização dos mesmos e uma melhor gestão futura da Ata de Registro originária do processo licitatório. A necessidade deste agrupamento se justifica, ainda, devido ao fato de o gerenciamento centralizado possibilitar maior agilidade na tomada de decisão, maior adesão e competitividade ao certame por parte do mercado especializado, resguardando a Administração Pública e evitando a perda do procedimento licitatório por total desinteresse do mercado, haja vista o baixo quantitativo apresentado para atender determinadas Secretarias, evitando assim a necessidade de iniciar nova licitação para o atendimento da demanda. Além desses aspectos, foram levadas em consideração as similaridades dos itens agrupados e a economia gerada pelo ganho de escala e ampliação da participação.

## **20.DO PARCELAMENTO OU DA NÃO SOLUÇÃO.**

**20.1.** Tendo em vista que a execução do objeto por diversas empresas diferentes trará a economicidade, sem que haja perda da eficiência, nos termos da Sumula 247, o objeto será adjudicado por item/lote, podendo haver a execução do objeto por mais de uma empresa, respeitadas as regras de agrupamento já justificada nos autos.

## **21. CONDIÇÕES GERAIS**

- 21.1.** A Prefeitura de Paula Cândido através da Secretaria Solicitante, reserva para si o direito de não aceitar nem receber qualquer produto em desacordo com o previsto neste Termo de Referência, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, sem prejuízo das sanções previstas.
- 21.2.** Qualquer tolerância por parte da Prefeitura de Paula Cândido através da Secretaria Municipal Solicitante, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela Contratada, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste e podendo a Prefeitura de Paula Cândido através da Secretaria Municipal exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.
- 21.3.** A Contratada, assume inteira responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados, de forma direta ou indireta à Prefeitura de Paula Cândido através da Secretaria Municipal Solicitante, produzidos em decorrência da execução do objeto da contratada, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se ao Tribunal o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos.
- 21.4.** Todas as informações, resultados, relatórios e quaisquer outros documentos obtidos ou elaborados pela Contratada durante a execução do objeto contratual serão de exclusiva propriedade da Secretaria Municipal Solicitante, não podendo ser utilizados, divulgados, reproduzidos ou veiculados, para qualquer fim, senão com a prévia e expressa autorização da Secretaria Solicitante, sob pena de responsabilização administrativa, civil ou criminal, nos termos da legislação;
- 21.5.** Os casos omissos serão saneados pelas disposições contidas na Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, Termo de Referência, Decretos de regulamentação dos dispositivos, entendimentos e pacificações dos órgãos de fiscalização controle, TCE e MP.
- 21.6.** Para dirimir eventuais litígios, fica eleito o foro da Comarca de Viçosa /MG.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0\_32) 3537 - 1242



PROCESSO nº 072/2022 PREGÃO ELETRÔNICO nº 015/2022 SRP nº 021/2022

## ANEXO II

### (MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS)

#### Local e data

AO SETOR DE LICITAÇÃO / A/C PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

Declaramos aceitos os termos do edital **PREGÃO ELETRÔNICO nº 015/2022**, e Apresentam-lhes nossa proposta para **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL LOCAÇÃO DE ESTRUTURA DE ILUMINAÇÃO, SONORIZAÇÃO, GRADIS, TENDAS, GERADORES E DEMAIS MATERIAIS E SERVIÇOS CORRELATOS**, conforme relação quantitativa especificada no ANEXO I do Edital.

#### - PREÇO:

**RELACIONAR OS ITENS DO ANEXO I, NA ORDEM EM QUE SE APRESENTAM, INFORMANDO A DESCRIÇÃO, PREÇO UNITÁRIO E PREÇO TOTAL DE CADA ITEM, MARCA E MODELO EM CASO DE BENS, BEM COMO DEMAIS EXIGÊNCIAS DESTA EDITAL.**

- O valor global da proposta é de R\$. .....
- O prazo de validade da proposta é de **60 (sessenta)** dias, contados a partir da data de julgamento da licitação.

Dados do responsável Legal para assinatura da Ata da RP/Termo de Contrato;

**Nome:** ..... **CPF:** .....  
**ID:** ..... **End:** .....  
**Tel.:** ..... **E-mail:** .....

Dados Bancários; **Banco** ..... **Cod.** ..... **Ag.** ..... **CC.** .....

Atenciosamente,

.....  
Assinatura do Responsável Legal  
CPF :

**EMPRESA** : ..... **CNPJ:** .....  
**ENDEREÇO** : .....  
**Tel.:** ..... **E-mail:** .....

**Nota:** O Preenchimento das informações em vermelho são obrigatórias e essenciais para o estabelecimento da relação Administração – Fornecedor, após o julgamento.



## PROCESSO nº 072/2022 PREGÃO ELETRÔNICO nº 015/2022 SRP nº 021/2022

### ANEXO III

#### MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº /2022

#### **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 072/2022 PREGÃO ELETRÔNICO nº 015/2022 REGISTRO DE PREÇOS nº 021/2022**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 17.763.715/0001-07, sediada na Rua Monsenhor Lisboa, nº 251, Centro, em PAULA CÂNDIDO - MG, CEP 36.544-000, devidamente representada pelo Prefeito Municipal, O Sr. Daniel Gomes Calixto, e mediante o Pregoeiro João Carlos de Oliveira e Silva, Pregoeiro designado / certificado pela **Portaria nº 02/2022** em obediência às disposições e preceitos de direito público e, em especial, as disposições das legislações Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro 2019, Decreto Federal nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, do Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, e subsidiariamente, ao disposto nas Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, Decreto Municipal nº 1662, de 21 de maio de 2020 que regulamenta e disciplina o uso do pregão na forma eletrônica, no âmbito da administração pública municipal, Decreto Municipal nº 1183 de 04 de Agosto de 2014 que regulamenta o uso do SRP e de dos demais dispositivos legais vigentes, e decorrida a homologação pelo gestor municipal, **RESOLVEM** registrar os preços para a aquisição dos bens/serviços constantes nos anexos desta ata, a serem utilizados no Município, tendo sido os referidos preços oferecidos pelas empresas respectivas constantes dos anexos desta ata, cujas propostas foram classificadas em primeiro lugar, observadas as condições enunciadas nas Cláusulas que se seguem.

#### **1. DO OBJETO**

- 1.1. A presente Ata tem como objeto a implantação do registro de preços e sua posterior implementação para **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL LOCAÇÃO DE ESTRUTURA DE ILUMINAÇÃO, SONORIZAÇÃO, GRADIS, TENDAS, GERADORES E DEMAIS MATERIAIS E SERVIÇOS CORRELATOS**, por 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura da ARP, obedecida às condições estabelecidas para tal finalidade, a descrição detalhada, obrigações assumidas, normas e instruções constantes do Edital do Pregão Eletrônico Supra e seus anexos, que juntamente com a Proposta, passam a fazer parte integrante deste documento, independente de transcrições.

#### **2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0\_32) 3537 - 1242



- 2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

## **Detentora (a) do RP**

Empresa (s) Registrada (s):

<b>EMPRESA:</b>	
<b>CNPJ:</b>	
<b>ENDEREÇO:</b>	
<b>REPRESENTANTE:</b>	
<b>E-MAIL:</b>	<b>TEL.: ( )</b>

Item	Cód. Siplan	Cod. CatMat	Descrição	Unid.	Qtde	Val. Unit.	Val. Total	Marca
1								
2								
3								

## 3. DA VIGÊNCIA

- 3.1. A presente Ata de Registro de Preços, firmada entre a Prefeitura Municipal De Paula Cândido – MG e as empresas acima relacionadas, terá a validade de 12 (doze) meses, incluída eventuais prorrogações, conforme o disposto no art. 12º do Decreto nº 7.892/13.
- 3.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, Prefeitura Municipal De Paula Cândido – MG não será obrigada a adquirir os bens/serviços referidos no **item 2** deste instrumento, exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, respeitada a legislação relativa às licitações.

## 4. DA VINCULAÇÃO

- 4.1. O disposto na presente Ata terá que ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas no Edital, sendo observadas as disposições das legislações Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro 2019, Decreto Federal nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, do Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, e subsidiariamente, ao disposto nas Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, Decreto Municipal nº 013 de 21 de maio de 2020 que regulamenta e disciplina o uso do pregão na forma eletrônica, no âmbito da administração pública municipal, Decreto Municipal nº 21 de 04 de dezembro de 2017 que regulamenta o uso do SRP e das demais normas que dispõem sobre a matéria.



## 5. DA OBRIGAÇÃO DE MANTER AS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, OU HABILITAÇÃO, EXIGIDAS NA LICITAÇÃO.

- 5.1. As condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital e seus Anexos terão que ser mantidas durante toda a vigência da presente Ata pela empresa classificada, ficando facultada a Prefeitura Municipal De Paula Cândido – MG, a qualquer momento, exigir a apresentação de parte ou totalidade dos documentos apresentados quando daquelas fases.
- 5.2. Quando da execução do serviço, a empresa classificada terá que manter as mesmas condições da habilitação, sob pena de rescisão e aplicação das sanções previstas no Edital Licitatório, e nas demais disposições legais pertinentes, garantida a ampla defesa.

## 6. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 6.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser usada por órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, desde que autorizada pela Prefeitura Municipal De Paula Cândido – MG, no quantitativo máximo de 50%, não excedendo ao dobro do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes em conformidade com o art. 22º do Decreto nº 7.892/13.
  - 6.1.1. Na hipótese de haver pleito para uso da ata, o mesmo deverá ser motivado, conforme preceitua o Decreto nº 7.892/13.
- 6.2. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado no **item 2.** desta Ata, de acordo com a respectiva classificação no processo supracitado.
- 6.3. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do processo supracitado, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
- 6.4. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada pela empresa detentora da presente Ata, a qual também a integra.
- 6.5. É obrigatória a assinatura da Ata de Registro de Preços pelas partes envolvidas, no prazo máximo de 3 (três) dias da convocação pela Prefeitura De Paula Cândido, aplicando-se em caso de descumprimento, o disposto no § 2º do art. 64 da Lei 8.666/93.
- 6.6. O prazo previsto no **item 6.5.** poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando durante o seu transcurso, for solicitado por um dos licitantes convocados, desde que ocorra motivo devidamente justificado e aceita pela Prefeitura Municipal De Paula Cândido – MG.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0\_\_32) 3537 - 1242



- 6.7. No caso do licitante primeiro classificado, depois de convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata, sem prejuízo das sanções a ele previstas no Edital, a Prefeitura Municipal De Paula Cândido – MG registrará os demais licitantes, na ordem de classificação, mantido o preço do primeiro classificado na licitação.

## 7. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A forma de fornecimento, inclusive suas condições, são aquelas previstas no termo de referência.
- 7.2. O fornecimento dos bens/serviços deverá obedecer às condições estabelecidas no Edital do processo supracitado e seus anexos.
- 7.3. Pedidos rotineiros poderão ser emitidos pela Prefeitura Municipal De Paula Cândido – MG, se a situação assim exigir.
- 7.4. Todos os materiais/serviços, objetos desta licitação, deverão obedecer às especificações constantes do Edital, seus Anexos e desta Ata.
- 7.5. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com os termos do Edital, seus Anexos e desta Ata.
- 7.6. O recebimento definitivo pela administração não exime a licitante da responsabilidade pela qualidade e garantia dos bens.

## 8. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 8.1. O preço registrado, a especificação do bem, a quantidade, empresa fornecedora e demais condições encontram-se elencados no **item 2** da presente ata.

## 9. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

- 9.1. O contrato de fornecimento só estará caracterizado mediante o recebimento do pedido de compra, formalizado através de Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento, pelo fornecedor.
- 9.1.1. A critério da administração, a contratação poderá ser celebrada por **termo de contrato**, conforme a minuta constante do Anexo IV do Edital.
- 9.2. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.
- 9.3. Se o fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a realizar o fornecimento dos itens constantes das Notas de Empenho / Autorização de Fornecimento, ou a firmar o termo de contrato, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitadas as condições de fornecimento e as negociações para redução dos valores, aplicando-se as penalidades previstas neste instrumento.



- 9.4.** Se a qualidade dos bens entregues não corresponder às especificações exigidas no edital que precedeu a presente Ata, a remessa dos bens apresentados será devolvida ao fornecedor, para substituição no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis se dentro do município e 05 (cinco) dias úteis para demais localidades, ressalvado o grau de perecibilidade do produto, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
- 9.5.** Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação da Prefeitura Municipal De Paula Cândido – MG ou das Unidades usuárias desta ATA, com emissão da respectiva Nota de Empenho/AF, ressalvadas as disposições do item **9.1.1.**
- 9.6.** Os bens deverão ser entregues acompanhados de Nota Fiscal correspondente.
- 9.7.** Demais condições previstas no termo de referência.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **10.1. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

- 10.2.** São obrigações do fornecedor, além das já especificadas no Edital do processo supracitado:
- 10.2.1.** Executar o fornecimento dos produtos/serviços de acordo com as especificações técnicas e as condições estabelecidas no edital e seus anexos, que fazem parte integrante deste instrumento;
- 10.2.2.** Cumprir os prazos estipulados para entrega dos bens, substituindo-os, às suas expensas, no prazo fixado no edital, quando se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções;
- 10.2.3.** Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- 10.2.4.** A falta de quaisquer dos materiais cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso ou inexecução da obrigação e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;
- 10.2.5.** Indicar preposto, tão logo assinado este instrumento, como contato para todos os atos a serem praticados no prazo de validade da Ata de Registro de Preços;
- 10.2.6.** Comunicar imediatamente à contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0\_32) 3537 - 1242



- 10.2.7. Manter seus empregados, quando nas dependências da contratante, devidamente identificados;
- 10.2.8. Arcar com as despesas com embalagem, seguro e transporte dos materiais até o local de entrega.
- 10.2.9. Responder por todos os ônus referentes ao fornecimento ora contratado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e obrigações trabalhistas e civis, decorrentes do objeto da presente Ata de Registro de Preços;
- 10.2.10. Comunicar, imediatamente, à contratante, por escrito, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a entrega dos materiais ou execução de serviços, para adoção de medidas cabíveis, bem como detalhar todo tipo de acidente que, eventualmente, venha a ocorrer;
- 10.2.11. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta Ata de Registro de Preços;
- 10.2.12. Manter, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão e aplicação das sanções previstas no Edital Licitatório, na Ata de RP e nas demais disposições legais pertinentes, garantida a ampla defesa.
- 10.2.13. Demais obrigações constantes no termo de referência.

## 10.3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.3.1. São obrigações da contratante, além das já especificadas no Edital do processo supracitado:
  - 10.3.1.1. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pelo fornecedor, nos termos do edital e da proposta;
  - 10.3.1.2. Pagar o fornecedor o valor resultante do fornecimento dos bens e serviços, na forma estabelecida nos itens **13.** e **13.1.** deste instrumento;
  - 10.3.1.3. Notificar o fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos bens fornecidos, para que sejam substituídos, ou refeitos no caso de prestação de serviço;
  - 10.3.1.4. Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os materiais.
  - 10.3.1.5. Permitir ao pessoal do fornecedor acesso ao local da entrega, observadas as normas de segurança;
  - 10.3.1.6. Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.
  - 10.3.1.7. Demais obrigações constantes no termo de referência.



## 11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta de recursos financeiros específicos, alocados na Prefeitura Municipal De Paula Cândido – MG do exercício vigente, os quais serão detalhadamente discriminados quando da emissão da respectiva Nota de Empenho/AF, ou Termo de Contrato.

## 12. DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO DO OBJETO

12.1 Nos termos do decreto 7.892/13, é vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

## 13. DO PAGAMENTO

13.1. Os pagamentos referentes às Notas de Empenho/AF dos produtos/serviços recebidos serão efetuados num prazo estimado de 30 (trinta) corridos após a apresentação das respectivas notas fiscais ao setor financeiro da Prefeitura de Paula Cândido - MG, devidamente atestada pelo Setor Compras / Almoxarifado / Secretaria Solicitante, por meio de Ordem Bancária de Crédito, em depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pelo fornecedor, observado o disposto no Edital do processo supracitado e as exigências administrativas em vigor.

## 14. DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

14.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o seu custo, cabendo a Administração Municipal, através do Gerenciador da Ata, promover as necessárias negociações junto aos Fornecedores, observado o disposto do Edital do processo supracitado.

14.2. A revisão dos preços dar-se-á, para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Ata, cuja comprovação se admitirá através de documentação que comprove a alteração dos preços e de planilha de custos demonstrativa da majoração e após ampla pesquisa de mercado.

14.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

14.3.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

14.3.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

14.3.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0\_32) 3537 - 1242



**14.4.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

**14.4.1.** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do recebimento do empenho/AF ou Termo de Contrato;

**14.4.2.** Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

**14.5.** Caso a Prefeitura de Paula Cândido - MG já tenha emitido a (s) Nota (s) de Empenho ou Autorização de Fornecimento para a realização da entrega dos materiais/serviços e, a empresa não tenha ainda realizado o pedido de revisão de preços, este não incidirá sobre o (s) pedido (s) já formalizado (s) e empenhado (s) durante o período de análise.

**14.5.1.** A hipótese prevista no item anterior se aplica ao termo contrato, que em caso de convocação para assinatura antes do pedido de revisão, este não incidirá sobre o contrato.

**14.6.** A Prefeitura de Paula Cândido - MG terá o prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido de revisão;

**14.7.** Durante o período de análise do pedido de revisão, a Licitante terá que efetuar as entregas dos pedidos pelos preços registrados na Ata.

**14.8.** Após o pedido de revisão e no caso de sua aceitação, a Prefeitura de Paula Cândido - MG providenciará o reforço dos valores pertinentes aos produtos/bens empenhados durante o período de análise.

**14.9.** A Licitante vencedora obrigará-se a realizar as entregas pelos preços registrados, caso o pedido de revisão seja julgado improcedente.

**14.10.** O não cumprimento da entrega nas condições estabelecidas implicará na pena de suspensão do direito de licitar pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme previsto em lei.

**14.11.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação em sua totalidade ou de forma parcial da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

## **15. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**15.1.** As Atas de Registro de Preços decorrentes desta licitação serão canceladas automaticamente:

**15.1.1.** Por decurso de prazo de vigência;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0\_32) 3537 - 1242



15.1.2. Quando não restarem fornecedores registrados;

15.1.3. Por interesse público devidamente comprovado pela Prefeitura de Paula Cândido - MG.

## 16. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

16.1. O fornecedor terá seu registro na Ata cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

16.2. O cancelamento do RP poderá ocorrer a pedido do fornecedor, na ocorrência das hipóteses:

16.2.1. Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

16.2.2. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado e / ou dos insumos que compõem o custo do produto ou prestação de serviços.

16.3. O cancelamento do RP poderá ocorrer por iniciativa da Administração Municipal, na ocorrência das hipóteses;

16.3.1. A adjudicatária não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este tornar-se superior àqueles praticados no mercado;

16.3.2. A adjudicatária perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no procedimento licitatório;

16.3.3. Por razões de interesse público, devidamente, motivado e justificado;

16.3.4. O fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

16.3.5. O fornecedor não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços ou recusar-se a retirar, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente.

16.4. É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

## 17. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras/Secretaria Solicitante pela contratação da Prefeitura de Paula Cândido - MG.



## 18. DAS PENALIDADES

- 18.1.** Pela inexecução total ou parcial deste contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as sanções nos termos dos Arts. 81, 86, 87 e 88 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislações vigentes, conforme o caso.
- 18.2.** Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido processo administrativo.
- 18.3.** A aplicação da penalidade ocorrerá após a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.
- 18.4.** As penalidades a serem eventualmente aplicadas, cabem recurso administrativo ou pedido de representação, conforme o caso, na forma constante deste Edital.
- 18.5.** A penalidade de advertência será aplicada quando ocorrer o descumprimento das obrigações assumidas, desde que sua gravidade, mediante justificativa, não recomende a aplicação de outra penalidade.
- 18.6.** A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança não isentará a obrigação de indenizar eventuais perdas e danos;
- 18.7.** No caso de inadimplemento da multa, ocorrerá a incidência de juros e atualização monetária, a serem calculados com base na taxa SELIC, com termo inicial para seu cálculo a partir da data do inadimplemento.
- 18.8.** A penalidade de suspensão do direito de licitar e contratar com o Administração Pública poderá ser aplicada à licitante ou à contratada, nos seguintes casos:
  - 18.8.1.** Não apresentação, na sessão do pregão, da documentação exigida para o certame, no todo ou em parte;
  - 18.8.2.** Apresentação de documentos falsos ou falsificados;
  - 18.8.3.** Recusa em manter a proposta, observado o prazo da sua validade;
  - 18.8.4.** Prática de atos ilícitos visando frustrar os objetivos do pregão;
  - 18.8.5.** Cometimento de falhas ou fraudes na execução da Ata de RP;
  - 18.8.6.** Condenação definitiva pela prática dolosa de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - 18.8.7.** Prática de atos ilícitos, demonstrando não possuir idoneidade para contratar com a Prefeitura de Paula Cândido - MG.
- 18.9.** Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar a Ata de RP, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0\_\_32) 3537 - 1242



certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de RP, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a administração pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas e outras penalidades previstas no edital, sem prejuízo das multas previstas em edital e na Ata de RP e das demais cominações legais.

**18.10.** Ademais, as penalidades são aquelas previstas no termo de referência.

## 19. DAS INFORMAÇÕES ADICIONAIS

**19.1.** O compromisso será efetivado através da emissão da Nota de Empenho / Autorização de Fornecimento que, nas aquisições advindas do Sistema de Registro de Preços da Prefeitura de Paula Cândido – MG terá força de contrato.

**19.1.1.** A critério da administração, o compromisso poderá ser firmado por Termo de Contrato, conforme Minuta contratual do Anexo IV do Edital

**19.2.** Após o recebimento do instrumento hábil mensurado no item anterior, a Licitante Vencedora terá que atender o solicitado e emitir Nota Fiscal / Fatura do fornecimento efetivado, em nome da Prefeitura de Paula Cândido – MG, devendo o produto ser entregue no local, na forma e condição estabelecida no Edital e seus anexos e nesta Ata.

**19.3.** A participação neste certame implica na aceitação de todas as condições estabelecidas no Edital, seus anexos e nesta Ata.

**19.4.** Os casos omissos serão resolvidos com base, nas normas técnicas gerais ou especiais aplicáveis.

**19.5.** A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fatos supervenientes, devidamente comprovados, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

**19.6.** Na contagem dos prazos estabelecidos no Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura de Paula Cândido – MG.

**19.7.** Quaisquer outras informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações, Sede da Prefeitura Municipal, situada a Rua Monsenhor Lisboa, nº 251, centro, Paula Cândido MG, no horário de 08h00min as 11h00min e das 12h00min às 16h00min ou através do fone: (32) 3537-1242.

**19.8.** Para dirimir na esfera judicial as questões oriundas da presente Ata, será competente o Foro do Viçosa/MG.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0\_\_32) 3537 - 1242



- 19.9. E, por estarem assim justas e contratadas, assinam a presente em **X (XXX)** vias de igual teor, para um só efeito, depois de lida e achada conforme, para que se produzam os seus jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumpri-la em todas os seus itens, por si e seus sucessores, dando-o por firme, bom e valioso a qualquer tempo, em Juízo e fora dele.

Paula Cândido, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

Representante legal do órgão gerenciador  
Prefeitura de Paula Cândido

Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)  
Empresa Detentora





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0\_\_32) 3537 - 1242



PROCESSO nº 072/2022 PREGÃO ELETRÔNICO nº 015/2022 SRP nº 021/2022

## ANEXO IV

### MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

**TERMO DE CONTRATO nº \_\_\_\_/2022**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 072/2022**  
**PREGÃO ELETRÔNICO nº 015/2022**  
**REGISTRO DE PREÇOS nº 021/2022**

**TERMO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO, QUE**  
**FAZEM ENTRE SI**  
**O(A)..... E A**  
**EMPRESA .....**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO por intermédio do(a) ..... (órgão) contratante), com sede no(a) ..... /Estado ...., inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico supramencionado, por Sistema de Registro de Preços, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a **LOCAÇÃO DE ESTRUTURA DE ILUMINAÇÃO, SONORIZAÇÃO, GRADIS, TENDAS, GERADORES E DEMAIS MATERIAIS E SERVIÇOS CORRELATOS**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.
- 1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.
- 1.3. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE E	VALOR
------	-----------------------------	-------------------------	----------------------	-----------------	-------



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0\_32) 3537 - 1242



1					
2					
3					
...					

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ e encerramento em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ ..... (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## 4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Prefeitura de Paula Cândido, para o exercício de **20....**, na classificação abaixo:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

## 5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

## 6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

## 8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.



## 9. CLAÚSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por agente designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA:

13.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2. interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.



#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

**14.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

**14.2.** A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**14.3.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.**

**15.1.** Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

**16.1.** Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO**

**17.1.** É eleito o Foro da Comarca de Viçosa/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., ..... de..... de 20.....

\_\_\_\_\_  
Responsável legal da CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-